

## Termo de Notificação - TN

|                            |   |
|----------------------------|---|
| Processo:                  | PCSB/CSB/0002/2020                      |
| Nome da Fiscalização:      | Ação de Fiscalização no SAA de Arneiroz |
| Relatório de fiscalização: | RF/CSB/0004/2020                        |

### 1. Identificação do Órgão Fiscalizador

|           |   |
|-----------|---|
| Nome:     | Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará.                 |
| Endereço: | Centro Adm Virgílio Távora- Av Gal Albuquerque Lima, Cambeba-CEP 60822-325, Fortaleza |
| Telefone: | (85) 3194-5605  |

### 2. Identificação do Notificado

|               |  |
|---------------|--|
| Nome:         | CAGECE   |
| CNPJ:         | 07040108000157   |
| Responsável:  | Neurisângelo Cavalcante de Freitas   |
| Qualificação: | Concessionária dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário |
| Endereço:     | Av. Dr. Lauro Vieira Chaves, 1030 - Vila União, Fortaleza-CE                 |

### 3. Descrição dos Fatos Apurados

|                   |  |
|-------------------|--|
| Determinação:     | D6 (RF/CSB/005/2020)   |
| Constatações:     | -O Contrato de prestação dos serviços de abastecimento de água data de 2006, enquanto o PMSB é de 2019 e não há registros de que os mesmos foram compatibilizados.   |
| Orientação:       | A CAGECE deve prestar o serviço de abastecimento de água com o contrato em conformidade com o exigido pela legislação, visando corrigir as não conformidades descritas na constatação C6.  |
| Prazo (dias):     | 30   |
| Fundamento Legal: | <p>Art. 22 do Código de Defesa do Consumidor - Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos.</p> <p>Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste Código.</p> <p>Art. 11 da Lei 11.445/2007 - São condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico:</p> <p>I - a existência de plano de saneamento básico;</p> <p>II - a existência de estudo comprovando a viabilidade técnica e econômico-financeira da prestação universal e integral dos serviços, nos termos do respectivo plano de saneamento básico;</p> <p>III - a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta Lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização;</p> <p>IV - a realização prévia de audiência e de consulta públicas sobre o edital de licitação, no caso de concessão, e sobre a minuta do contrato.</p> <p>§ 1<sup>o</sup> Os planos de investimentos e os projetos relativos ao contrato deverão ser compatíveis com o respectivo plano de saneamento básico.</p> <p>§ 2<sup>o</sup> Nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão ou de</p> |



## Constatações:

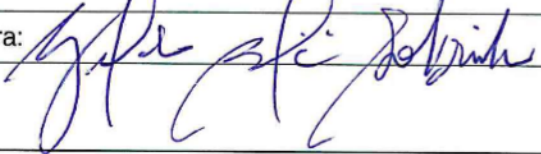
|                   |  |
|-------------------|--|
| Fundamento Legal: | <p>programa, as normas previstas no inciso III do caput deste artigo deverão prever:</p> <p>I - a autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;</p> <p>II - a inclusão, no contrato, das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, em conformidade com os serviços a serem prestados;</p> <p>III - as prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;</p> <p>IV - as condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, incluindo:</p> <p>a) o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas;</p> <p>b) a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;</p> <p>c) a política de subsídios;</p> <p>V - mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços;</p> <p>VI - as hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços.</p> <p>§ 3<sup>o</sup> Os contratos não poderão conter cláusulas que prejudiquem as atividades de regulação e de fiscalização ou o acesso às informações sobre os serviços contratados.</p> <p>§ 4<sup>o</sup> Na prestação regionalizada, o disposto nos incisos I a IV do caput e nos §§ 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> deste artigo poderá se referir ao conjunto de municípios por ela abrangidos.</p> |
| Infrações:        | 02.01 - Prestar serviços sem contrato - Prestar serviço de abastecimento de água ou esgotamento sanitário sem contrato ou com contrato em desacordo com o exigido pela legislação.   |

## 4. Ações a serem empreendidas pelo Notificado

A CAGECE deve prestar o serviço de abastecimento de água com o contrato em conformidade com o exigido pela legislação, visando corrigir as não conformidades descritas na constatação CO notificado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento deste Termo de Notificação, para se manifestar sobre o assunto nele tratado, oferecendo as informações e os documentos que considerar necessários ou convenientes à fiscalização. A manifestação deverá ser dirigida ao Coordenador de Saneamento Básico.

## 5. Representante do Órgão Fiscalizador

|               |                             |            |        |
|---------------|-----------------------------|------------|--------|
| Nome:         | Geraldo Basílio Sobrinho    |            |        |
| Cargo/Função: | Analista de Regulação       | Matrícula: | 49-1-X |
| Lotação:      | Coordenadoria de Saneamento |            |        |

|                       |  |
|-----------------------|--|
| Fortaleza, 12/05/2020 | Assinatura:  |
| Recebido em: __/__/__ |  |
| Por _____             |  |
| Identificação         | Assinatura _____   |